

Nacionalidades em perspectiva comparada: Argentina e Brasil – uma visão desde o Brasil

LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. SANTOS

Resumo: O artigo analisa e compara as trajetórias da construção do sentimento nacional no Brasil e na Argentina. Descreve, em grandes linhas, o caminho peculiar percorrido para a construção de uma identidade brasileira, de seus bases ainda não propriamente nacionalistas até a consolidação de uma identidade nacional. Destaca o papel exercido pela região do Prata como polo para alteridade que contribuiu para a construção da identidade brasileira.



Palavras-chave: Brasil; Argentina; Nacionalismo; Alteridade.

Nationalities in comparative perspective: Argentina and Brazil

Abstract: The article analyzes and compares the trajectories of the construction of national feeling in Brazil and Argentina. It describes, in broad terms, the peculiar path taken for the construction of a Brazilian identity, from its not properly nationalist bases to the consolidation of a national identity. It highlights the role played by the La Plata region as a hub for otherness that contributed to the construction of Brazilian identity.

LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. SANTOS

Historiador e diplomata. Pesquisador do Instituto Rio Branco e do Observatório das Nacionalidades. L_c_villafane@yahoo.com.br.

Keywords: Brazil; Argentina; Nationalism; Otherness.

RECEBIDO EM: 19/12/2015

APROVADO EM: 01/05/2016

As identidades, em todos os níveis, são contingentes e históricas – produzidas por um sistema de relações sociais e não por condições naturais (biológicas, geográficas ou de qualquer outra natureza). Emergem de um conjunto de semelhanças, oposições e diferenças presentes em cada sociedade e em seus contextos históricos específicos, ainda que sempre haja uma tendência para “naturalizar” essas identidades no nível narrativo. As identidades (sejam elas pessoais, de grupos e nações) são construídas dentro do respectivo espaço social de relações e diferenças, sendo sua definição o resultado sempre contingente e potencialmente instável de um jogo entre as distintas posições que configuram um determinado sistema social. Seus conteúdos e suas funções têm, portanto, um caráter essencialmente histórico e sempre relacionado à alteridade, aos diversos “outros” que, por contraste, definem os limites do “ser”. A alteridade, portanto, figura como elemento fundamental na construção de qualquer tipo de identidade, seja ela pessoal ou coletiva.

As próprias nações são, igualmente, “inventadas” e construídas social e historicamente em muitos planos: na historiografia, na literatura, na educação pública e privada, na construção de mitos e narrativas, no resgate (ou mesmo na invenção) e consolidação de tradições, etc. As nações, na feliz concepção de Anderson (1989), são “comunidades imaginadas” e essa imaginação e identidade coletiva é socialmente construída e renovada a cada dia, no “plebiscito diário” de que nos fala Renan (1882). Também no caso das identidades nacionais é fundamental a construção do “outro” (na verdade, “os outros”) em relação ao qual se constrói a ideia de nacionalidade que se quer projetar. Assim, não existe uma essência imutável da identidade brasileira, ela está em constante transformação e, portanto, a projeção do “outro” também segue permanentemente sendo reavaliada.

No caso brasileiro, no momento da ruptura política com a Coroa e com as Cortes portuguesas, ser “brasileiro” equivalia a muitas coisas: “não ser português”, “não ser súdito de D. João VI”, “não estar submetido à vontade das Cortes portuguesas”. Essas definições, conduto, encerravam muitas ambiguidades e contradições e não apontavam necessariamente para uma nacionalidade comum

que englobasse todos, ou mesmo a maioria, dos habitantes da colônia portuguesa na América. Para começar, cabe perguntar se a escravidão, as imensas diferenças regionais e as grandes dificuldades de comunicação prevaletentes no século XIX, permitiriam a construção de uma nação que abarcasse toda a heterogeneidade da população e a extensão do território da América portuguesa. A própria palavra “brasileiro” só adquiriu o significado que tem hoje a partir daquele momento. Na colônia, “brasileiros” eram os naturais de Portugal que voltavam à sua pátria enriquecidos, depois de ter vivido na colônia americana. Hipólito José da Costa, fundador do primeiro jornal brasileiro, o “Correio Braziliense”, dedicou-se a discutir essa questão na edição de fevereiro de 1822. Para ele, “brasileiro” era o português ou estrangeiro estabelecido na América portuguesa, “brazilienses” os naturais do Brasil e “brasiliano” os indígenas da terra (COSTA, 2002).¹ A consagração da palavra “brasileiro” só se deu com a promulgação da Constituição de 1824, que assim definiu os naturais do Brasil. O parágrafo primeiro do artigo 6º dessa Constituição definia como brasileiros “os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos” (BRASIL, 1824). Ou seja, os escravos ainda que nascidos em território brasileiro, por definição, não eram “brasileiros” e só poderiam aceder a essa condição como libertos.

Mesmo com relação à população livre, o esforço de construção de uma identidade comum subordinou-se à necessidade de preservar a complicada teia de hierarquias e diferenças, dadas a partir do nascimento, característica do Antigo Regime. A identidade entre

1 Na página 165 do volume XXVIII da edição fac-similar de 2002 lê-se: “Chamamos braziliense, o natural do Brasil: brasileiro, o português europeu ou o estrangeiro, que vai negociar ou estabelecer-se; segundo o gênio da língua portuguesa, na qual a terminação *eiro* denota ocupação: exemplo sapateiro o que faz sapatos; *ferreiro* o que trabalha em ferro; *cereiro* o que trabalha em cera; *brasileiro* o que negocia em brasis ou gêneros do Brasil, etc.: por outra parte o natural do Porto chama-se *portuense*, e não portueiro; o natural da Bahia *bahiense* e não bahieiro. A terminação *ano* também serviria para isto; como exemplo, de Pernambuco *pernambucano*: e assim poderíamos dizer brasileiro; mas por via de distinção, desde que começamos a escrever este periódico, limitamos o derivado brasileiro, para os indígenas do país, usando do outro brasileiro, para os estrangeiros e seus descendentes ali nascidos ou estabelecidos; e atuais possuidores do país” (COSTA, 2002).

aqueles brasileiros que se inventavam dava-se por seus laços horizontais com o soberano comum e não por um sentido de que todos compartissem características comuns. Apelar para a ideia de uma cidadania ligada por laços horizontais de igualdade, característica do discurso nacionalista, seria pôr em questão a essência das relações sociais que se buscavam preservar.

A construção da nacionalidade brasileira seguiu um caminho peculiar, que fugiu ao modelo estadunidense e hispano-americano, magistralmente analisado por Anderson (1989). Nas Américas, as ex-colônias inglesas e espanholas lançaram-se desde sua independência na tarefa de construir nações, como ressalta Anderson (1989, p. 56): “eram elas historicamente os primeiros Estados desse tipo a surgir no mundo, e por isso forneceram inevitavelmente os primeiros modelos reais de com que deveriam esses Estados ‘se parecerem’”. Em contraste, no caso brasileiro existiu um Estado que esteve por quase sete décadas legitimado em bases dinásticas e a criação do Estado-nação só começou a ser efetiva com a decadência do Império, a partir de 1870, e só foi se consolidar já avançada a República.

A superação da soberania política do rei de Portugal nos territórios da antiga colônia portuguesa nas América deu-se em um momento em que o rei D. João VI encontrava-se em agudo conflito com forças que, na metrópole, punham em questão o pacto político e social até então estabelecido em torno da monarquia absolutista portuguesa. Com a disputa entre o rei e as Cortes, assistia-se, na Europa, os ensaios da construção de uma identidade verdadeiramente “nacional” para Portugal.² Na colônia americana, não foi possível acomodar as tensões entre as Cortes e a dinastia de Bragança e os interesses das diversas elites coloniais da América portuguesa. Em todo caso, com base nos elementos de poder que lhe conferiam os restos do Estado colonial, o herdeiro do Trono português pôde vencer a subsequente disputa entre o Rio de Janeiro e a capital do império, Lisboa (controlada pelas Cortes), pela fidelidade das várias elites regionais da antiga colônia e

2 A trajetória da construção do sentimento nacional em Portugal é sumamente rica e complexa, mas sua análise foge aos objetivos deste texto.

estabeleceu-se uma nova unidade política: o Império brasileiro, separado do resto do vasto império português. Ao contrário de seus vizinhos, no Brasil, manteve-se o reino dinástico como fonte de legitimação do Estado. No plano simbólico, os grandes conflitos antilusitanos do Primeiro Reinado explicam-se, em grande medida, pela contradição intrínseca contida no esforço de construção uma identidade singular, baseada na legitimidade dinástica, capitaneada pelo herdeiro do Trono da antiga metrópole, da qual – afinal – era necessário diferenciar-se. Em 1831, com a abdicação de D. Pedro I, essa incongruência acabou resolvida e a onda de antilusitanismo abrandou-se. Após o curto ensaio “quase republicano” das regências, consolidou-se a forma monárquica de governo chefiada por uma “dissidência” da Casa Real portuguesa, uma opção mais conservadora e menos arriscada para as elites de um país movido pela mão de obra escrava. O Brasil tornou-se, portanto, um império entre repúblicas, uma alteridade que por muitas décadas marcou a trajetória das ideias de Brasil, de brasileiros e dessa nacionalidade. No caso da América hispânica e dos Estados Unidos, o “outro” era a Europa monárquica, que representava o imaginário do Antigo Regime e se contrapunha aos valores das novas nacionalidades americanas. No caso brasileiro, o “outro” estava logo além das fronteiras. Naturalmente, depois de superada a monarquia no Brasil, essa alteridade se atualizaria, mas à referência aos vizinhos, e à Argentina em especial, continuaria como um elemento identitário importante.

A consolidação da identidade brasileira alicerçou-se sobre suas diferenças – reais ou imaginadas – com relação aos países vizinhos, cujas nacionalidades também começam a ser construídas a partir da dissolução do império espanhol na América. Os vizinhos hispano-americanos, em especial na região do Rio da Prata, onde os contatos e intercâmbios eram mais frequentes e intensos, desde o início, constituíram-se em fonte de alteridade crucial para a invenção, construção e desenvolvimento da identidade nacional brasileira. No momento em que se romperam os laços com as metrópoles ibéricas ser “brasileiro” era primordialmente “não ser português”, “não ser republicano”, “identificar-se com o imaginário e as hierarquias do Antigo Regime” e, principalmente, “ser

súdito de d. Pedro I". Mas, era também "não ser hispano-americano", no caso dos demais países latino-americanos, além da alteridade em relação à antiga metrópole, ao regime monárquico e ao Antigo Regime (elementos certamente preponderantes por um tempo considerável), o contraste também se fazia com os vizinhos, mas em graus diversos. Ser, por exemplo, "peruano" significava, em grande medida "não ser colombiano" e as diferenças entre "peruanos" e "colombianos", para ficar nesse caso, tinham de ser realçadas ou, mesmo, inventadas. Permanecia, contudo, uma referência a uma identidade comum "americana" que uniria as repúblicas hispano-americanas (e, em grande medida, os Estados Unidos) e as diferenciariam da ex-metrópole, europeia e monarquista. Essa identidade comum foi trabalhada pelos liberadores hispano-americanos, Bolívar, San Martín, e outros, e invocada em sucessivas reuniões "interamericanas" (a começar pelo Congresso do Panamá, em 1826). Apesar do sonho de uma "Patria Grande", acabariam por prevalecer as diferenças (reais ou imaginadas) que distinguiram as várias nações que se foram inventando.

Vale realçar outra vez que os países americanos, com a notável exceção do Brasil, desde sua fundação construíram seus Estados a partir das ideias de nação e de soberania popular. O estabelecimento da corte portuguesa, em 1808, e o processo de independência política comandado por um príncipe europeu fizeram com que o Brasil desfrutasse (ainda que de modo algo caricatural) de um processo de formação de seu Estado-nação mais similar ao padrão europeu: um Estado territorial e dinástico e, depois, o Estado nacional. É evidente que, com a independência, os dirigentes do nascente Estado brasileiro logo se lançaram na tarefa de construção de uma identidade própria, em nome da qual o Estado que criaram passaria a desenvolver suas políticas. Os brasileiros de então se distinguiam pelo fato de serem súditos de um soberano comum, súditos não mais do rei de Portugal, mas do recém inventado imperador do Brasil. Transferir a lealdade dos súditos da ex-colônia de Lisboa para o Rio de Janeiro não foi, contudo, uma tarefa fácil ou isenta de riscos.

Em contraposição, ao construir a legitimidade de seus Estados desde o início a partir da ideia de nação, as repúblicas vizinhas

romperam imediatamente com o imaginário do Antigo Regime europeu e passaram a apelar para todo um novo repertório de ideias: democracia, a igualdade intrínseca entre os homens, soberania popular, cidadania, etc. A nação exige uma identificação horizontal entre seus membros e uma referência (ainda que retórica) às ideias de igualdade e fraternidade. O mundo dinástico, ao contrário, pode prescindir dessas noções e em uma mesma unidade política reunir culturas e povos díspares, unidos apenas pela subordinação vertical ao soberano, como no caso dos antigos impérios que se estendiam por muitos continentes, de forma geograficamente descontínua. A “nação” rompeu com essa forma de legitimação pela lealdade à dinastia e à religião ao lastrear-se na ideia de um corpo de cidadãos que se “parecem” e cujas semelhanças, passado comum e projeto de futuro justificam a existência dessas nações. Assim, a Europa das monarquias e das hierarquias naturalizadas pelo imaginário do Antigo Regime passou a representar um importante “outro” para essas nações que recém se inventavam no continente americano. Abriu-se um fosso conceitual entre a América e a Europa. Em um desafio à geografia, como forma de legitimar-se internamente, o Império imaginou-se “europeu” e representante da “civilização” em meio a uma vizinhança de repúblicas caóticas e instáveis.

Tendo por base a necessidade da imaginação “nacional” criar um sentido de simultaneidade, Anderson relacionou o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa e dos transportes com o tamanho possível das nações que surgiam. Essa conclusão extrapola o caso hispano-americano. Diz Anderson (1989, p. 74): “A época da história mundial em que nasce cada nacionalismo tem, provavelmente, um impacto significativo sobre seu alcance”. Aplicando-se essa correlação, pode-se concluir que a opção pela monarquia favoreceu a manutenção da integridade territorial da extensa colônia portuguesa na América, pois o princípio dinástico permitiu a gestão menos conflituosa dos interesses das diversas elites regionais, muito heterogêneas e mal integradas entre si, ao dispensar a necessidade da criação de um verdadeiro sentido de comunidade e de horizontalidade dos laços entre seus habitantes. Permitiu, inclusive, a preservação da escravidão

– um interesse que unia, ainda que em graus distintos, as classes dominantes das várias regiões. Ainda que a monarquia possa (como acontecerá nos países onde ela foi preservada) conciliar-se com a ideia de nação, a crueza e a desigualdade radical da relação senhor-escravo impossibilita a criação de um sentimento nacional que englobe toda a população. Não por acaso, via de regra, a escravidão foi sendo abolida na medida em que as tropas dos libertadores latino-americanos expulsavam os espanhóis. Assim, os três últimos centros escravistas de relevância nas Américas foram o Brasil (que manteve a legitimação dinástica de seu Estado até 1889), Cuba (que seguiu colônia até 1898) e o sul dos Estados Unidos até o desenlace da Guerra Civil norte-americana. Neste último caso, desenvolveu-se um regime de *apartheid*, com políticas como a “*one drop rule*” para a construção de uma “nação branca” minoritária e exclusivista. A inviabilidade a longo prazo desse tipo de nacionalismo resultou no mais sangrento conflito armado da história do continente americano.

Em todo caso, a transferência da lealdade dos súditos do rei de Portugal para o imperador do Brasil exigiu a criação de uma narrativa e de mitos de origem que servissem para legitimar essa nova situação. O discurso da espoliação colonial estava dificultado pelo fato do novo soberano ser o herdeiro do Trono português. A língua e a religião eram as mesmas da ex-metrópole. Como a história não se prestava bem para legitimar o novo Estado, apelou-se para a natureza. Imaginou-se a existência de um Brasil antes da história e da chegada dos portugueses e da escravidão – um território delimitado por grandes rios que se encontravam em um mítico lago no interior do continente formando uma “Ilha-Brasil”, onde viveriam populações indígenas que se diferenciavam das do resto do continente e, mesmo, desfrutariam de um único campo linguístico. Não por acaso, na literatura, o indigenismo tornou-se a corrente predominante do romantismo brasileiro. A ideia de Brasil ancorou-se em seu território e a monarquia centralizada era justificada pela a missão de manter a unidade desse Brasil a-histórico legado pela natureza e preservado pelos portugueses.

Além do território, outro elemento fundamental foi a ideia de uma superioridade do Brasil, em termos de civilização, em relação

a seus vizinhos. A monarquia, vendida como um regime parlamentar estável, similar aos países europeus foi contrastada com a anarquia e conflito permanente que se atribuiu aos países limítrofes. A integridade territorial, a “civilização” – representada pelo passado português e pelas instituições monárquicas – e o imperador brasileiro serviam como chaves da legitimidade do Estado e para a construção de uma identidade comum a toda ex-colônia portuguesa, acima das lealdades locais existentes em relação às várias “pequenas pátrias” provinciais.

Nesse contexto, a alteridade em relação ao Prata constituiu-se em ponto crítico para a identidade que o Império brasileiro buscava criar para si. Nessa região, a preservação da unidade territorial brasileira estava de fato ameaçada, o contraste entre monarquia e repúblicas era muito claro e em nenhum outro lugar o “choque de civilizações” era mais concreto. No Prata, existiam fronteiras povoadas onde, por exemplo, os escravos fugitivos encontravam a liberdade ao transpor os limites do Império. Não por acaso, uma das preocupações da diplomacia imperial foi assinar com os países vizinhos tratados para extradição de “criminosos”, que na verdade visavam dar sustentação para a captura e repatriação de escravos fugitivos.

Era nessa região que se percebia uma ameaça real e urgente em relação à integridade territorial. A perda da Cisplatina constituiu-se em um golpe duríssimo para a monarquia brasileira e certamente foi um fator que muito contribuiu para o descrédito de D. Pedro I. Posteriormente, para proteger o mito da unidade territorial, a historiografia brasileira buscou demonstrar que o caso da Cisplatina era especial e que a constituição de um Estado independente teria sido uma solução natural. Enfim, construiu-se uma narrativa em torno da ideia de que não se poderia perder o que, na realidade, nunca se tinha possuído. O fato, é que, na lógica de um Estado dinástico, a Cisplatina não se constituía em nenhuma anomalia e, inclusive, estava mais integrada ao Rio de Janeiro do que muitas das outras províncias. A aceitação por parte da diplomacia brasileira da solução de um Uruguai independente só se consolidou na década de 1840. Até lá, inclusive, chegou-se a tentar (duas vezes) provocar uma intervenção das potências europeias para que elas

promovessem a restituição da Cisplatina ao Brasil ou sua transformação em um principado associado ao Império.

Foi também no Prata em que o contraste entre a ideia de “civilização” decorrente da monarquia e a projetada anarquia das repúblicas vizinhas se fez mais presente. As dificuldades para a obtenção da unidade nacional argentina, as lutas intestinas e o caudilhismo na região eram contrastados com uma idealização da “civilidade” e paz que a monarquia teria trazido para o Brasil, a despeito da realidade só se ter aproximado dessa imagem auto-atribuída no correr do Segundo Reinado. Os anos de D. Pedro I e as regências foram marcados por uma crise política quase permanente e por constantes ameaças à integridade territorial por força de movimentos regionais, muitos deles separatistas desde sua concepção. Superada essa fase, a historiografia e o discurso político brasileiros passaram a centrar-se na alteridade com os países do Prata e realçar a anarquia em que aqueles países viveriam, o que justificaria até mesmo as intervenções militares nos países vizinhos para “pacificá-los”.

Vale notar que a alteridade com o Prata não foi racial (salvo esparsas menções à “raça espanhola”) e tampouco os argentinos, bolivianos, paraguaios ou uruguaios foram atacados enquanto nacionalidades. Tome-se, por exemplo, a análise do barão do Rio Branco sobre as intervenções brasileiras no Prata: “essas guerras não foram dirigidas contra povos, mas contra tiranos da pior espécie que ousavam intitular-se governadores ou presidentes de repúblicas imaginárias” (MOSSÉ, 2015, p. 89). A crítica recorrente centrava-se no sistema político das repúblicas vizinhas – que, por aí, se distinguiriam da “civilizada” monarquia brasileira:

Nas repúblicas hispano-americanas, os partidos da oposição não têm senão um meio de chegar ao poder: a revolução, a guerra civil. Não há possibilidade de vencer um governo nas eleições e o presidente, que é sempre um homem de partido, prepara a eleição de seu sucessor (MOSSÉ, 2015, p. 100).

A defesa da “civilização” brasileira não se fez, portanto, em bases raciais e as deficiências atribuídas ao “outro” estavam concentradas no sistema político, na suposta anarquia que suas instituições e seus líderes provocariam. Fazer dessa contraposição

base do discurso sobre as relações exteriores servia, ainda, para alertar para os perigos do republicanismo e do federalismo para a ordem interna e realçar a suposta tranquilidade, consenso interno e civilidade das relações políticas do Império.

A queda da monarquia, em 1889, representou um passo importante na trajetória da construção do nacionalismo brasileiro em bases modernas. A erosão da legitimidade dinástica como forma de sustentação do Estado brasileiro já tinha começado a ficar patente a partir da década de 1870. A tentativa de transformar as bases da legitimidade da dinastia brasileira para adequá-la ao sentimento nacional, operação realizada com sucesso em algumas monarquias europeias, falhou no caso brasileiro.

Com o fim do Império, buscou-se uma identidade americana, na linha do proposto pelo Manifesto Republicano (2009) de 1870: “Somos da América e queremos ser americanos”. A alteridade com os vizinhos e com os Estados Unidos transformou-se, bruscamente, em busca de identidade. Esse esforço traduziu-se em gestos como a reformulação das posições brasileiras na Conferência de Washington de 1889-1890, que passaram do repúdio à adesão entusiasmada às teses estadunidenses, e a assinatura do tratado Bocaiúva-Zeballos, que dividia irremediavelmente o território de Palmas, em disputa entre o Brasil e a Argentina. O tratado foi rejeitado pelo Congresso brasileiro e o tema acabou sendo submetido à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos, voltando-se ao entendimento que havia sido alcançado ainda durante o período imperial. Como se sabe, o Brasil, defendido por Rio Branco, obteve um veredito totalmente favorável em 1895. O presidente Julio Roca aceitou a decisão do árbitro e firmou em 1898 o Tratado de Limites, o que abriu período de aproximação bilateral, cuja qualidade é atestada pela primeira troca de visitas presidenciais – Roca visitou o Brasil em 1899 e Campos Sales retribuiu a visita em 1900.

Vale dizer que, por essa época, a alteridade hispano-americana havia deixado de estar fixada na ex-metrópole, cuja cultura passou a ser revalorizada, para passar a tomar os Estados Unidos como o ponto focal do contraste. Os escritos de José Enrique Rodó, José Martí, Rubén Darío, entre outros, reivindicaram uma identidade comum para os países latino-americanos construída em contraste

com o utilitarismo e o imperialismo estadunidense. No caso brasileiro, ao contrário, assistiu-se naquele momento a um esforço de tomar os Estados Unidos como modelo para a modernidade a que se aspirava. Em todo caso, a Argentina – que vivia um momento de euforia econômica – também passou a ser vista como modelo de civilização e Buenos Aires tornou-se uma referência incontornável para as elites brasileiras.

No Brasil, os intelectuais e a elite política republicana lançaram-se na tarefa de legitimar o novo regime com base no sentimento nacional, empregando novas e antigas estratégias. Uma das chaves para entender a importância do barão do Rio Branco na construção do nacionalismo brasileiro está em seu papel como consolidador das fronteiras brasileiras. A grandeza e a unidade territorial continuaram a ser um elemento essencial na construção do sentimento nacional brasileiro. O fim do Império se tinha traduzido em uma grave crise de legitimidade do Estado brasileiro, marcada por revoltas regionais que chegaram ao grau de violência da Revolução Federalista (1893-1895) e da Revolta da Armada (1893-1894). Ainda que desacreditada, a monarquia servia de âncora para unir um país extremamente diverso e de dimensões continentais. O sentimento propriamente nacional ainda não estava consolidado, mas as antigas mentalidades e controles ideológicos tinham sido postos em xeque, o que deu lugar também a movimentos messiânicos de proporções até então desconhecidas, como a Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916). Também no meio urbano houve uma profusão de graves conflitos como a Revolta da Vacina (1904) e a continuada resistência às tentativas de modernização do serviço militar, que recaía cada vez mais nas populações marginalizadas dos centros urbanos. Na área militar, também é digna de menção a Revolta da Chibata (1910), que reivindicou, entre outras coisas, o fim dos castigos corporais na Marinha, uma prática então já totalmente defasada e socialmente inaceitável.

Mesmo naquela sociedade extremamente conturbada e dividida, as vitórias obtidas por Rio Branco nas disputas territoriais puderam ser partilhadas por todos e transformaram-se em um importante elemento no reforço do imaginário de uma nação – de

uma identidade comum a todos os brasileiros. O Império tinha tido sucesso na tarefa de unir as muitas pequenas pátrias da antiga colônia em torno da monarquia, mas seria a República que dotaria a população desse extenso país de um verdadeiro sentido de nacionalidade. Nos dois regimes, a ideia de unidade territorial jogou um papel fundamental e a atuação de Rio Branco, no fim do Império e no início da República, mostrou-se instrumental na consolidação desse elemento identitário, tanto no plano real como no simbólico. Um ponto a ser ressaltado é que a transição da legitimação dinástica do Estado para a construção de um sentimento nacional como base da identidade brasileira só se completou após a proclamação da república. Passariam ainda algumas décadas para que, de norte a sul do Brasil, os habitantes do país sentissem-se antes de tudo “brasileiros”, unidos por laços horizontais de fraternidade com seus concidadãos de diversas regiões e origens sociais. Em relação a seus vizinhos, portanto, pode-se dizer o nacionalismo no Brasil teve um caráter “tardio”. De certa maneira, no continente, o Brasil buscava recuperar o tempo perdido em termos de construção da nacionalidade, ao mesmo tempo em que ficava patente a defasagem econômica e social brasileiro em relação aos países mais avançados. A ilusão de que o Brasil estava em sintonia com a “civilização” europeia, por força de sua forma de governo, desmanchou-se no ar e ficou a descoberto o atraso brasileiro, inclusive em relação aos seus vizinhos – em especial a Argentina –, que se modernizavam e prosperavam.

Assim, a ênfase na ideia de identidade com a América, em especial, com os Estados Unidos teve também um caráter simbólico crucial no desenvolvimento do sentimento nacional. Os Estados Unidos eram a modernidade a que se queria aceder e a antítese da herança portuguesa, que passou a ser equacionada com a ideia de atraso. Contudo, a busca de identidade com os Estados Unidos, de certa forma, afastava o Brasil do restante da América Latina. O Brasil, por exemplo, não apoiou a Doutrina Drago, recusando a sugestão do chanceler argentino de formular protesto conjunto contra a cobrança coercitiva de dívidas. O Rio de Janeiro entendia que não estava em causa a Doutrina Monroe, uma vez que o bloqueio não envolvia conquista territorial, e tampouco aceitou

formar liga de países latino-americanos contra demonstrações de força de países europeus. Rio Branco não se dispunha a favorecer a liderança argentina sobre nações devedoras. O Barão, aliás, apoiava a Doutrina Monroe e mesmo mostrou-se confortável com corolário Roosevelt.

A própria ideia de o Brasil pertencer à América Latina foi inicialmente rejeitada e o País, em algumas visões, estava situado em uma “Terceira América”, distinta das porções hispânica e anglo-saxã do continente. Chegou a existir a ideia de que o Brasil representaria uma ponte entre os Estados Unidos e a América Latina e, de modo sintomático, a diplomacia brasileira aceitava a Doutrina Monroe e, inclusive, procurava dotá-la de um caráter multilateral. Assim, por muitas décadas, a noção do Brasil como um país latino-americano esteve ausente do discurso sobre a identidade nacional. A América hispânica, como nos tempos do Império, representava um forte elemento de alteridade para a identidade que se queria construir.

A Argentina continuou (e continua até hoje, ainda que em outros termos) a desempenhar um papel importante como contraponto da identidade brasileira. As relações, ora de conflito, ora de cooperação, entre os dois países refletem-se e reforçam o sentido de alteridade e, portanto, as identidades das duas nações. A relação de identidade-alteridade do Brasil com seus vizinhos e a relação da identidade brasileira com noções mais gerais de América – como continente, América-Latina, América do Sul – foram, desde o início, um componente crucial da construção da nacionalidade. Como se viu, durante Império prevaleceu a ideia do Brasil como um corpo estranho ao continente americano. Com a proclamação da república, buscou-se uma identidade com a América, em um momento em que, em termos identitários, o continente passava a dividir-se entre a América Latina e os Estados Unidos, com os países do Caribe e o Canadá alinhados simbolicamente a uma e outra ponta desses dois polos. Em contraste, o Brasil buscava identificar-se com os Estados Unidos, como durante o Império havia tentado emular a Europa. Nas duas guerras mundiais, mais do que nenhum outro país latino-americano ou caribenho, o Brasil associou-se ao esforço de guerra estadunidense. Na Primeira Guerra

Mundial, foi o único país sul-americano a declarar guerra contra o império alemão e seus aliados. A Bolívia, o Equador, o Peru e o Uruguai romperam relações diplomáticas com a Alemanha. A Argentina, o Chile, a Colômbia, o Paraguai e a Venezuela permaneceram neutros no conflito. Em agosto de 1918, uma pequena esquadra brasileira partiu para participar militarmente do esforço de guerra. Após uma escala na África, onde 156 integrantes da tropa brasileira morreram atingidos pela gripe espanhola, a expedição chegou a Gibraltar na véspera do fim da guerra. A participação direta do Brasil ficou restrita a uma missão médica de 161 pessoas entre médicos e enfermeiros que havia sido enviada anteriormente. Ainda assim, o esforço brasileiro foi recompensado com o convite para que o país participasse da Conferência de Versailles.

No entre guerras, em especial durante o governo de Getúlio Vargas, o Brasil ensaiou um movimento pendular entre os Estados Unidos e a Alemanha, mas terminou por se fixar no apoio aos países aliados, em particular aos Estados Unidos, com a ideia de desfrutar de uma relação especial com Washington. Assim, uma vez mais, o País mandou tropas ao teatro de operações da guerra europeia. Com o fim do conflito, iniciou-se uma fase de grandes transformações no cenário mundial, com a constituição de dois blocos antagônicos. Tornou-se uma imposição do sistema internacional a definição, por parte de cada um dos países que o compunham, de sua posição diante do binômio Leste-Oeste. No caso do continente americano, os Estados Unidos reformularam o conceito de pan-americanismo para imprimir uma forte vertente anticomunista na identidade americana que seria estendida aos países latino-americanos.

O Brasil terminou a Segunda Guerra imbuído da certeza de merecer, por parte dos Estados Unidos, um tratamento especial em vista da colaboração prestada durante o conflito. Essa pretensão de constituir-se em parceiro privilegiado de Washington não encontrava rivais na América do Sul, pois as relações entre a Argentina e os Estados Unidos encontravam-se em termos abertamente conflituosos. Do alto de suas expectativas, mais do que qualquer outro país latino-americano, o Brasil sentiu-se traído pela

frustração da esperança de ajuda massiva dos Estados Unidos para seu desenvolvimento e industrialização, tal como estava ocorrendo na reconstrução da Europa Ocidental e do Japão. Mesmo no plano político, com a morte de Roosevelt, em abril de 1945, ficou irrealizada sua promessa (feita a Getúlio Vargas) de que o Brasil obteria um assento permanente no Conselho de Segurança da futura Organização das Nações Unidas.

Com o retorno de Vargas ao poder, no Brasil, e a eleição de Carlos Ibañez del Campo no Chile, em 1952, o Presidente argentino Juan Domingo Perón imaginou ressuscitar a proposta de um pacto do ABC, dadas as afinidades que pensava ter com os Presidentes vizinhos. Os entendimentos entre a Argentina e o Chile progrediram para a assinatura da Ata de Santiago, em fevereiro de 1953, que iniciaria a integração econômica entre os dois países. Na ocasião, Perón anunciou já ter obtido o aval de Vargas. A repercussão no Brasil foi a pior possível – chegando a motivar, posteriormente, um pedido de *impeachment* do Presidente sob a acusação de “traidor da pátria”. A oferta de Perón foi recusada e o pacto não se concretizou. A Argentina peronista passou a representar, para muitos setores brasileiros, o “outro” absoluto com o qual qualquer conciliação seria impossível.

Com Juscelino Kubitschek, contudo, o Brasil aproximou sua identidade a de seus vizinhos, passando a descrever-se nos foros internacionais como um país em desenvolvimento e um país latino-americano. A “Operação Pan-Americana” foi a principal plataforma da política externa brasileira no período e buscava engajar os Estados Unidos de forma ativa no desenvolvimento da América Latina. Durante o período que se seguiu, nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, um dos pilares da “Política Externa Independente” foi a identificação do Brasil com o Terceiro Mundo.

O golpe militar de 1964 reverteu essa evolução e voltou-se a projetar uma ideia de uma identidade brasileira claramente alinhada ao Ocidente e aos Estados Unidos em particular, no contexto da Guerra Fria. Com o golpe militar também na Argentina, em 1976, os dois países passaram a compartilhar esse enquadramento identitário, mas a própria natureza militarista dos dois regimes

levou a uma exacerbação da rivalidade regional que chegou a desembocar em uma corrida armamentista que chegou ao ponto de estar dirigida à obtenção de armamento nuclear pelos dois países. Na visão estreita amigo-inimigo dos cenários militares, a alteridade com a Argentina exacerbou-se e voltou ao terreno da possibilidade de conflito armado, como nos tempos do Império e de alguns momentos da República Velha.

Felizmente, com a redemocratização em ambos os países, esse perigo foi afastado e transformado em uma convergência que se tem como seu maior símbolo a criação do MERCOSUL em 1991. Quaisquer que sejam os problemas hoje enfrentados pelo MERCOSUL, ainda que o comércio intrarregional não alcance os níveis desejados ou que mesmo se esteja longe do livre-comércio na região, o MERCOSUL simboliza a superação de um nível perverso de rivalidade política entre o Brasil e a Argentina. A alteridade entre os dois países certamente persiste e ajuda a definir suas identidades. Contudo, essa alteridade situa-se hoje fundamentalmente no plano cultural e, nas esferas políticas e econômicas, os interesses divergentes tendem a acomodar-se e a cooperação e a interdependência prevalecem sobre a competição. Hoje, por exemplo, é inimaginável o cenário de um conflito militar entre os dois países, uma hipótese que estava presente ainda há poucas décadas.

O debate sobre a identidade brasileira segue em aberto e assim permanecerá, pois as identidades estão sempre em transformação. Em termos de sua dimensão regional, ser brasileiro é hoje, ao mesmo tempo, ser sul-americano, latino-americano, americano. As relações com os vizinhos servem de fonte de identidade, mas também para enriquecer nossa própria identidade e torná-la mais aberta e diversa. A alteridade não é absoluta e as trocas e o maior conhecimento do “outro” o aproximam e modificam as identidades de lado a lado. No caso do Brasil e Argentina, esse processo é cada vez mais intenso e parece irreversível. Que o Brasil seja cada vez mais argentino e a Argentina cada vez mais brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 27 abr. 2016.

COSTA, H. J. da. **Correio Brasileiro**: ou Armazém Literário. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 31 v.

MANIFESTO Republicano. **Cadernos ASLEGIS**, v. 37, p. 42-60, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.aslegis.org.br/images/stories/cadernos/2009/Caderno37/p42-p60manifestorepublicano.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

MOSSÉ, B. **Dom Pedro II, Imperador do Brasil (O Imperador visto pelo barão do Rio Branco)**. Brasília: FUNAG, 2015.

RENAN, E. **Qu'est-ce qu'une nation?** [Paris: UCParis, 1882]. Disponível em: <http://ucparis.fr/files/9313/6549/9943/What_is_a_Nation.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.